

Publicada no D.O. da ALBA de 30.09.2021

MENSAGEM AL Nº 5.284/2021

**Mensagem nº 24/2021.
Salvador, 28 de setembro de 2021.**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Orçamentária Anual que “*estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2022.*”.

A Propositura está fundamentada no inciso XI do art. 105 e no inciso III do art. 159, ambos da Constituição Estadual, e observa os princípios e demais normas constitucionais e legais pertinentes, em particular, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como as disposições da Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966, e do Projeto de Lei nº 24.179/2021 - PLDO 2022 publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA de 14 de maio de 2021, o qual estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022.

A presente Proposta compreende o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo, por conseguinte, todos os órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública. De igual modo, integra esta Proposta o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e que são classificadas como não dependentes.

O Instrumento que ora remeto à deliberação dessa Casa detalha os programas e ações governamentais a serem executados no exercício financeiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor

Deputado ADOLFO MENEZES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Nesta

CONJUNTURA ECONÔMICA

As dificuldades encontradas no controle da pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, continuam gerando uma série de desafios econômicos e sociais ao mundo. Considerando o baixo crescimento econômico verificado em 2020, o Fundo Monetário Internacional - FMI projeta um crescimento de 6,0% para o crescimento global em 2021. Essa estimativa reflete, principalmente, a expectativa em relação às políticas econômicas de estímulos monetários e de auxílios assumidas no enfrentamento da pandemia da Covid-19, sobretudo pelas economias dos países mais desenvolvidos, podendo ser revista a partir de perspectivas de resultados sobre a atuação de combate à pandemia e de alcance dos indicadores de saúde.

No Brasil, a piora das condições sanitárias nos primeiros meses de 2021, em níveis mais alarmantes que 2020, e a postura hesitante do governo brasileiro na aquisição de vacinas, orientaram o prolongamento de medidas restritivas e de distanciamento social. Essas medidas foram tomadas de forma diferenciada e quase autônoma por Entes subnacionais que compreenderam a gravidade da pandemia e que garantiram a proteção de milhões de vidas até o efetivo início da vacinação. Ao longo dos meses, mesmo com o avanço da campanha de vacinação, a disseminação de cepas mais contagiosas da Covid-19 continuou gerando preocupação.

Diante disso, o cenário econômico nacional ainda reflete um ritmo de recuperação frágil e incerta, principalmente quando somado aos diversos condicionantes instituídos no país, tais como a disparada da inflação, o aumento dos juros, a perda de confiança de investidores, com consequências desfavoráveis para o mercado de trabalho, e as indefinições quanto às questões fiscais. O aumento esperado da taxa básica de juros (Selic), dado o contexto de avanço persistente do nível de preços no mercado nacional para além da meta projetada, pode deprimir ainda mais a atividade econômica e ter efeito negativo sobre o custo da dívida pública, agravando o desemprego no país, que já se encontra num patamar alarmante por conta dos impactos da crise sanitária. Além disso, há uma deterioração da crise hídrica e energética, com efeitos diretos nos índices de inflação e de crescimento econômico. Por sua vez, tensões políticas, com a crise institucional instalada pelo conflito entre os Poderes e a antecipação da disputa eleitoral, tornam o cenário ainda mais incerto. Nesse contexto, o curso desses acontecimentos passa a ser considerado como riscos que adicionam muitas incertezas à atividade econômica nos curto e médio prazos.

As Incertezas de 2021

Em conformidade com a existência de uma série de obstáculos para a retomada do crescimento econômico, a divulgação dos resultados do 2º trimestre de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, evidenciou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, na série com ajuste sazonal, exibiu uma discreta queda em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano (-0,1%). Pela ótica da produção, tiveram queda os setores de Agropecuária (-2,8%) e da Indústria (-0,2%). O setor de Serviços apresentou crescimento de 0,7%. Pela ótica da demanda, o destaque ficou por conta do consumo das famílias, exportações e consumo do governo.

Os resultados do primeiro semestre foram mais otimistas. O PIB alcançou um crescimento de 6,4% com relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo, desse modo, um comparativo com uma base estatística comprimida. Assim, o resultado esperado para este ano, de acordo com o Boletim Focus, deve ficar em torno de 5,0%. Mesmo com o mapa dos riscos e as incertezas dessa conjuntura, o efeito estatístico coloca um viés de alta na projeção.

A persistente alta inflacionária no país tem refletido uma conjunção de fatores internos e externos, dentre estes, a aceleração dos preços das *commodities* no mercado internacional, a escassez hídrica e o aumento nos preços dos alimentos e dos serviços. Assim, possivelmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA esperado para 2021 deve ficar acima da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para este ano. Diante dessa tendência, como medida para conter a alta dos preços, o Banco Central já sinalizou que continuará o movimento de alta dos juros.

Em consequência, o mercado de trabalho ainda sofre com as medidas restritivas relacionadas ao ambiente pandêmico. Segundo as estatísticas extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC do IBGE, a taxa de desocupação recuou para 14,1% no segundo trimestre deste ano, uma redução de 0,6 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre. Apesar dessa diminuição, o país ainda soma 14,4 milhões de pessoas em busca de um trabalho.

O auxílio emergencial instituído para proteger pessoas vulneráveis, incluindo trabalhadores informais, representou 4,0% do PIB em 2020. Em 2021, o Congresso aprovou a prorrogação dos benefícios por mais quatro meses, mas reduziu o montante do auxílio. Mesmo com a política de transferência de renda adotada e reiniciada no segundo trimestre deste ano, seus efeitos sobre o consumo de bens foram menores do que o observado em 2020.

Com relação ao Estado da Bahia, de acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento - SEPLAN, considerando a série com ajuste sazonal, o nível de atividade econômica (PIB) no 2º trimestre de 2021, quando comparado ao 1º trimestre do mesmo ano, tal como a média nacional, decresceu discretamente (-0,3%). No ano, ainda de acordo com a SEI, o resultado do primeiro semestre de 2021 teve uma variação em volume de 3,2% com relação ao mesmo período de 2020. Os setores Agropecuário e de Serviços tiveram crescimento de 7,6% e 4,4%, respectivamente. Neste contexto, a atividade agropecuária caminha para uma produção de grãos semelhante à do ano passado, com a possibilidade de recorde da série. Já o setor da Indústria teve um desempenho negativo de 2,8%. Este último bastante impactado pelo encerramento das atividades da Ford no Estado e a parada programada na produção da Refinaria Landulpho Alves - RLAM.

Segundo as informações divulgadas pelo Boletim de Comércio Exterior da SEI, as taxas de crescimento das vendas externas baianas têm tido resultados significativos. Liderado pela soja e derivados, as exportações baianas acumularam de janeiro a agosto de 2021 um valor de U\$6,2 bilhões, representando um crescimento de 25,8% na comparação de igual período de 2020. Concorrem para a conformação desse resultado a elevação dos preços de *commodities* e a base de comparação retraída. O setor exportador contribui para o dinamismo da economia baiana, não apenas pelas oportunidades de negócios e a criação de riqueza, mas, sobretudo, pelos efeitos positivos na geração de emprego e renda.

O movimento de alta das exportações em 2021 vem sendo ditado pela retomada da atividade econômica no mundo, com países iniciando uma saída paulatina da pandemia do Novo Coronavírus. Além da continuidade de crescimento das vendas para a China (40,5%), as exportações tiveram impulso de regiões que haviam reduzido as compras de produtos baianos durante a fase aguda da crise sanitária em 2020 e que agora voltaram a comprar mais, como Estados Unidos (36,3%), União Europeia (25,6%) e Argentina (30,8%).

Apesar de o crescimento das vendas externas estar mais evidente entre as *commodities*, responsável por mais de dois terços da pauta do estado, os segmentos do setor industrial mais ligados ao comportamento da economia mundial, como química (35,8%), metalurgia (28,2%) e de máquinas voltadas à geração de energia (3,5%), além daqueles influenciados pelo agronegócio, conseguem mostrar maior dinamismo e escapar do comportamento mais tímido dos que são ligados ao mercado doméstico.

Por sua vez, a maior demanda por bens importados, mesmo considerando-se a baixa base de comparação, acontece via recomposição de estoques pela indústria, em um ambiente de escassez interna de suprimentos e de alguma reação na atividade econômica.

Diante dessa conjuntura, para o ano de 2021, as projeções sinalizam para um crescimento do PIB em torno de 3,7%. O alcance desse resultado vai depender, fundamentalmente, do controle da pandemia e do número de vacinados em relação à população, possibilitando a reabertura das atividades em que o contato presencial é indispensável.

O crescimento das diversas atividades no segundo semestre deverá compensar o desempenho do setor Industrial, afetado pelo encerramento das atividades da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), e suas possíveis consequências. Outra questão que já começa a entrar nas análises dos especialistas sobre o desempenho do PIB em 2021 está ligada ao racionamento de energia e água. Se ocorrer problema de falta de água ou de fornecimento de energia, pode haver impacto negativo na atividade econômica que ainda não se recuperou da pandemia. Por enquanto, o impacto estaria restrito à inflação no que se refere à elevação da bandeira tarifária sobre as contas de luz. Contudo, a questão do racionamento de energia também deve ser acompanhada de perto, dado o potencial de afetar a economia brasileira e baiana no último trimestre do ano.

De acordo com as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, na Bahia, no segundo trimestre de 2021, o saldo de empregos com carteira assinada foi positivo, indicando uma geração líquida de 26.862 novos postos. O cenário com saldo líquido de admissões gera esperanças com relação ao mercado de trabalho.

A expectativa de resultados positivos para as economias brasileira e baiana, após a forte queda da atividade em 2020, tem ganhado força entre analistas, frente ao resultado negativo que a crise sanitária gerou na atividade econômica brasileira no ano passado. No entanto, fatores como desemprego, inflação, aumento dos juros e crise hídrica geram incertezas, que se agravam em função de baixa transparência das decisões fiscais em nível federal que poderão transbordar as expectativas anuais.

Perspectivas para 2022

Nessa perspectiva, o crescimento econômico mundial para 2022, de acordo com o FMI, deve alcançar 4,9%. Contudo, a divergência no ritmo de recuperação entre as economias tem se intensificado. Nas principais economias avançadas e em algumas de mercados emergentes, a recuperação está ganhando força, impulsionada por uma combinação entre as políticas fiscal e monetária, bem como o processo de vacinação. Em outros países, especialmente os mais pobres, sem acesso a vacinas e com as taxas de infecção elevadas, o crescimento acontece em ritmo mais lento. Com a perigosa onda de uma variante altamente transmissível se propagando, a pandemia ainda é vista como um risco a ser combatido.

Os aspectos levados em consideração quanto à perspectiva de recuperação da economia brasileira para 2022 ainda seguem cercados de incertezas. De acordo com o Boletim Focus do Banco Central, de 30 de julho, a mediana das previsões dos analistas para a expansão do PIB é de uma taxa de crescimento em torno de 2,1% para 2022. Ainda segundo o mesmo Boletim, com relação à inflação, o IPCA deve alcançar um índice de 3,8%. Com o movimento da pressão inflacionária, no que se refere aos juros básicos da economia, espera-se uma taxa em torno de 7% ao fim do período.

Em relação à Bahia, para 2022, sabe-se que, diante de um cenário de incertezas e de desafios relacionados a uma pandemia em curso, a conjuntura econômica ainda é incerta. Entretanto, espera-se um bom desempenho do setor da Agropecuária, beneficiado pela demanda crescente por alimentos e pela expectativa de preços mais competitivos no mercado externo. Nessa perspectiva e tendo em vista a contribuição significativa do agronegócio para as cadeias produtivas, espera-se também que os resultados para esse setor impulsionem a demanda e produção industrial.

No que diz respeito à produção industrial baiana, as expectativas estão relacionadas a uma série de investimentos, como, por exemplo, na geração de energia, além da maturação de investimentos relacionados à indústria de transformação.

O setor de Serviços, em especial o turismo, levando em consideração a sua grande contribuição na criação de empregos e renda, merece um olhar mais apurado em relação às perspectivas para 2022, principalmente no que se refere à recomposição da atividade após dois anos de dificuldades.

A recuperação da confiança pelos agentes econômicos e a continuidade de investimentos, sejam públicos, privados ou mesmo nas modalidades de Parcerias Público-Privadas - PPP e concessões públicas são determinantes para o desenvolvimento da economia baiana nos próximos anos. Entre os grandes investimentos, merecem destaque a construção da Ponte Salvador-Itaparica e o Sistema Viário Oeste - SVO, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Fiol, as obras do Porto Sul, a matriz energética alternativa (eólica e solar), além da instalação do Polo Sucroalcooleiro e outros projetos agroindustriais e agropecuários na Região Oeste da Bahia. Na RMS destacam-se os importantes investimentos na mobilidade urbana, com a ampliação do sistema metroviário e de construção do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT.

A partir dessa perspectiva positiva, foi revisada a projeção do PIB da Bahia para 2022 para um crescimento de 3,3%. Diante disso, espera-se que um cenário mais favorável em 2022 promova a retomada da atividade econômica e gere oportunidades para o desenvolvimento do Estado da Bahia, tendo como importante aliado o avanço no processo de vacinação e a retomada dos investimentos.

Quanto ao cenário nacional, ainda que se guarde incertezas acerca do ritmo de retomada da atividade econômica, espera-se que um melhor direcionamento da gestão pública contribua para o desenvolvimento nacional e regional, notadamente em relação às medidas socioeconômicas e de política fiscal responsável e assertiva.

COMPOSIÇÃO E VALOR DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2022

Tendo em vista o cenário referenciado, somado ao esforço da arrecadação estadual e das medidas de racionalidade administrativa, a Proposta Orçamentária do Estado para 2022 atinge o montante de R\$52,6 bilhões. Essa Proposta é um reflexo da expectativa para a economia, tendo como base a conjuntura da atividade econômica em 2021 e a possibilidade de crescimento para o próximo ano.

Importante ressaltar as limitações discricionárias do Poder Executivo quanto à repartição da totalidade das receitas orçamentárias estimadas, em decorrência do grande volume de recursos com aplicação vinculada por mandamento legal ou constitucional.

A composição do Orçamento proposto para 2022 está representada pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com R\$51,6 bilhões, ou seja, 98,1% dos recursos, distribuídos entre o Orçamento Fiscal com R\$34,7 bilhões e o Orçamento da Seguridade Social com R\$16,9 bilhões, com participação de 66% e 32,1%, respectivamente. Complementando, o Orçamento de Investimento das Empresas, integrado pelas estatais não dependentes, totaliza R\$1 bilhão e contribui com 1,9% do total orçado.

QUADRO I
COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO
Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

Discriminação	Orçamento 2021	R\$ 1,00 (corrente)	
		Proposta Orçamentária 2022	
		Valor	%
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	48.401.650.000	51.563.335.473	98,1
ORÇAMENTO FISCAL	32.353.556.964	34.652.722.583	66,0
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	16.048.093.036	16.910.612.890	32,1
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS	901.406.000	1.012.953.000	1,9
TOTAL	49.303.056.000	52.576.288.473	100,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Na elaboração da Peça Orçamentária, a receita assume papel preponderante, dominando o processo de dimensionamento, fixação e programação da despesa pública. Na sua estimativa foram observados, além das normas legais e dos critérios técnicos, os efeitos da variação de índices de preços, do crescimento econômico, do impacto das renúncias de receita autorizadas em Lei e de outros fatores relevantes, conforme dispõe o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Dessa forma, na previsão da receita orçamentária de 2022, tomaram-se como base os valores arrecadados nos exercícios de 2018 a 2020, bem como a receita orçada e a previsão de arrecadação para 2021, devidamente ajustados às expectativas dos parâmetros que afetam o comportamento da receita pública estadual. Os índices aplicados são demonstrados a seguir:

QUADRO II
PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Discriminação	PLDO/2022*	PLOA/2022
IGP – DI acumulado (%)	3,57	3,57
IPCA acumulado (%)	3,51	3,81
INPC (%)	3,50	3,50
Selic (%)	6,00	7,00
PIB Brasil (%)	2,34	2,10
Câmbio (R\$/US\$)	5,26	5,20
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.137,00	1.169,00
PIB Bahia (crescimento % anual)	2,34	3,30
Agropecuária	3,4	2,0
Indústria	2,8	3,8
Serviços	2,2	3,4
Projeção do PIB Ba (R\$ bilhões)	316,2	349,0

Fonte: Seplan/SEI; Seplan/SPO-DSO; SOF/ME; e Boletim Focus (Bacen).

* Projeto de Lei nº 24.179/2021, publicado no D.O. da ALBA de 14/05/2021.

Para as receitas que não dependem desses parâmetros e cujas séries históricas foram consideradas suficientes para explicar seus comportamentos, foram aplicados os modelos estatísticos que melhor descrevessem sua tendência temporal. Para aquelas receitas, cuja trajetória não é suficientemente conhecida, utilizaram-se as informações dos órgãos ou entidades responsáveis por sua arrecadação, inclusive para aquelas oriundas de convênios com outras esferas de governo, organismos internacionais e entidades privadas.

Nessa perspectiva, a receita total estimada dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$51,6 bilhões, sendo que as receitas arrecadadas e administradas pelo Tesouro Estadual somam cerca de R\$43,6 bilhões, enquanto aquelas arrecadadas e geridas pelas entidades da Administração Indireta, e a elas vinculadas, perfazem aproximadamente R\$8 bilhões.

Importante destacar que do valor da receita desses Orçamentos estão deduzidos R\$6,4 bilhões, destinados integralmente ao aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA RECEITA
Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

R\$ 1.000,00 (corrente)

Discriminação	Orçamento 2021				Proposta Orçamentária 2022			
	Tesouro	Outras Fontes	Total	%	Tesouro	Outras Fontes	Total	%
RECEITA TOTAL (I + II + III)	39.950.444	8.451.206	48.401.650	100,0	43.565.537	7.997.799	51.563.336	100,0
I - RECEITA CORRENTE	38.236.395	6.123.549	44.359.944	91,6	42.102.895	5.735.541	47.838.436	92,8
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria ⁽¹⁾	30.102.410	-	30.102.410	62,2	33.181.909	-	33.181.909	64,4
<i>ICMS</i>	<i>24.908.755</i>	<i>-</i>	<i>24.908.755</i>	<i>51,5</i>	<i>27.341.265</i>	<i>-</i>	<i>27.341.265</i>	<i>53,0</i>
<i>Demais Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	<i>5.193.655</i>	<i>-</i>	<i>5.193.655</i>	<i>10,7</i>	<i>5.840.644</i>	<i>-</i>	<i>5.840.644</i>	<i>11,3</i>
Contribuições	-	3.412.066	3.412.066	7,0	-	3.232.622	3.232.622	6,3
Patrimonial	266.391	39.054	305.445	0,6	265.316	44.281	309.597	0,6
Agropecuária	-	880	880	0,0	-	715	715	0,0
Industrial	-	443	443	0,0	-	-	0	0,0
Serviços	45.089	209.364	254.453	0,5	33.333	187.018	220.351	0,4
Transferências Correntes	13.575.912	1.982.343	15.558.255	32,1	14.757.901	1.867.390	16.625.291	32,2
Outras Receitas Correntes	100.540	479.399	579.939	1,2	262.753	403.515	666.268	1,3
Deduções da Receita Corrente	(5.853.947)	-	(5.853.947)	(12,1)	(6.398.317)	-	(6.398.317)	(12,4)
<i>Deduções - FUNDEB</i>	<i>(5.853.947)</i>	<i>-</i>	<i>(5.853.947)</i>	<i>(12,1)</i>	<i>(6.398.317)</i>	<i>-</i>	<i>(6.398.317)</i>	<i>(12,4)</i>
II - RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	1.226	2.183.697	2.184.923	4,5	1.105	1.982.495	1.983.600	3,8
Contribuições	-	2.148.416	2.148.416	4,4	-	1.947.764	1.947.764	3,8
Serviços	300	35.281	35.581	0,1	250	34.731	34.981	0,1
Outras Receitas Correntes	926	-	926	0,0	855	-	855	0,0
III - RECEITA DE CAPITAL	1.712.823	143.960	1.856.783	3,8	1.461.537	279.763	1.741.300	3,4
Operações de Crédito	1.013.024	-	1.013.024	2,1	1.068.311	-	1.068.311	2,1
Alienação de Bens	14.876	21	14.897	0,0	7.027	0	7.027	0,0
Amortização de Empréstimos	10.383	100.917	111.300	0,2	13.300	95.849	109.149	0,2
Transferências de Capital	674.540	43.022	717.562	1,5	372.899	183.914	556.813	1,1
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,0	-	-	-	0,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

(1) O tributo "contribuições de melhoria" não está instituído no Estado da Bahia.

As receitas correntes somam R\$47,8 bilhões - consideradas as deduções ao Fundeb - e correspondem a 92,8% da receita total. Nessa categoria, encontram-se as receitas mais representativas no âmbito estadual, como as oriundas dos tributos de competência do Estado e as transferências da União.

A receita de impostos e taxas - que representa a totalidade da arrecadação tributária do Estado da Bahia, uma vez que não está instituída qualquer contribuição de melhoria - perfaz o valor de R\$33,2 bilhões. Ela corresponde a 64,4% da receita estimada e reflete o crescimento esperado para a economia estadual e a variação projetada de preços para 2022. Essa é a mais relevante das fontes de recursos do Estado, sendo composta pela arrecadação dos impostos - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, e das taxas de competência estadual.

O ICMS é a principal fonte da receita tributária e sua arrecadação apresenta forte inter-relação com o desempenho das atividades econômicas e com as ações de fiscalização e controle governamental. Sua participação na receita estimada é de 53% e, nesta Proposta, seu valor previsto é de R\$27,3 bilhões, tendo em vista a adoção da variação real do PIB baiano da ordem de 3,3%, conforme estimado pela SEI.

As receitas de transferências correntes, cuja previsão é de R\$16,6 bilhões, contribuem com 32,2% da receita total. Nessa categoria estão computadas as transferências da União para o Estado, provenientes, principalmente, do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, do Imposto sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - IPI Exportação, da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - *Royalties* e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Para a estimativa da participação do Estado na receita da União, representada por cotas-parte de impostos transferidos pelo Governo Federal, considerou-se um crescimento real de 2,1% referente ao PIB Brasil para o exercício financeiro de 2022, agregando-se uma expectativa de inflação em torno de 3,57% (IGP-DI), conforme referenciado no Quadro II.

Ressalte-se que também integram as receitas correntes, as transferências da União para programas específicos e as originárias de seus Fundos, a exemplo dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Fundeb, além de recursos de convênios federais e de outras instituições nacionais e do exterior.

Complementam as receitas correntes, porém em proporção reduzida, aquelas originárias de contribuições dos servidores para os Fundos de assistência médica e de previdência, do usufruto do patrimônio próprio e de atividades industriais, agropecuárias e de serviços.

A categoria “outras receitas correntes” totaliza R\$666,3 milhões do total de recursos orçados e é composta de multas administrativas, contratuais e judiciais não decorrentes de tributos, de indenizações e de restituições, dentre outros, inclusive os recursos da compensação financeira entre regimes previdenciários e do Fundo de Cultura da Bahia - FCBA.

As receitas de capital são provenientes da expectativa de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; bem como daqueles recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital, que, nesta Proposta, totalizam aproximadamente R\$1,7 bilhão e participam com 3,4% da receita orçada.

Para as operações de crédito, está previsto o valor de R\$1,1 bilhão, a ser destinado à ampliação da capacidade de investimentos, de forma a impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado. Importante ressaltar que foram incluídas apenas as operações contratadas ou aquelas cujos pedidos de autorização para as suas realizações tenham sido encaminhados ao Poder Legislativo até 30 de agosto de 2021, levando-se em conta o grau de endividamento do Estado, nos termos da LRF, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal - PAF.

As receitas correntes intraorçamentárias perfazem R\$2 bilhões e constituem contrapartida das despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Desta forma, na consolidação das contas públicas, essas receitas, e também as despesas, poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos nas duplas contagens decorrentes de sua inclusão nos Orçamentos. A quase totalidade destas receitas corresponde às contribuições patronais para a previdência e a assistência médica dos servidores públicos estaduais.

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

A despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é fixada em igual valor ao da receita estimada, portanto, em R\$51,6 bilhões. Na composição deste valor, as despesas correntes recebem dotação de R\$46,5 bilhões, enquanto as despesas de capital totalizam R\$5 bilhões, correspondendo a 90,2% e 9,7%, respectivamente, enquanto R\$32,8 milhões estão destinados à reserva de contingência.

Com a parcela mais significativa dos recursos de capital, os investimentos irão impulsionar o desenvolvimento do Estado, representando 5,5% da despesa estimada, ou seja, R\$2,8 bilhões. Aos serviços da dívida pública, compreendendo a amortização e os juros e os encargos, são destinados recursos da ordem de R\$2 bilhões, respondendo por aproximadamente 3,9% da despesa.

QUADRO IV
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA DESPESA
Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

Discriminação	Orçamento 2021				Proposta Orçamentária 2022			
	Tesouro	Outras Fontes	Total	%	Tesouro	Outras Fontes	Total	%
DESPESA TOTAL (I + II + III)	39.950.444	8.451.206	48.401.650	100,0	43.565.537	7.997.799	51.563.336	100,0
I - DESPESAS CORRENTES	35.527.279	8.175.304	43.702.583	90,3	38.872.478	7.651.240	46.523.718	90,2
Pessoal e Encargos Sociais	19.552.856	4.588.778	24.141.634	49,9	20.523.886	4.190.446	24.714.332	47,9
Juros e Encargos da Dívida	905.819	-	905.819	1,9	769.153	-	769.153	1,5
Outras despesas Correntes	15.068.604	3.586.526	18.655.130	38,5	17.579.439	3.460.794	21.040.233	40,8
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	6.778.320	-	6.778.320	14,0	7.425.269	-	7.425.269	14,4
Demais Despesas Correntes	8.290.284	3.586.526	11.876.810	24,5	10.154.170	3.460.794	13.614.964	26,4
II - DESPESAS DE CAPITAL	4.391.450	275.902	4.667.352	9,6	4.660.212	346.559	5.006.771	9,7
Investimentos	2.790.618	93.402	2.884.020	6,0	2.618.106	220.559	2.838.665	5,5
Inversões Financeiras	643.583	182.500	826.083	1,7	813.015	126.000	939.015	1,8
Amortização da Dívida	957.249	-	957.249	2,0	1.229.091	-	1.229.091	2,4
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.715		31.715	0,1	32.847		32.847	0,1

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

Para as transferências obrigatórias de natureza tributária aos Municípios, são destinados R\$7,4 bilhões, ou seja, 14,4% do total da despesa, enquanto, para aquelas despesas classificadas como outros gastos de natureza corrente, está proposto o valor de R\$13,6 bilhões.

Dentre as despesas correntes, a mais significativa é aquela destinada a pessoal e encargos sociais, incluindo os inativos e pensionistas, no montante de R\$24,7 bilhões e corresponde a 47,9% da despesa total. Desse montante destinado a pessoal e encargos sociais, 83% serão financiados com recursos do Tesouro, complementados com recursos de outras fontes.

Limites para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

A presente Proposta Orçamentária obedece ao limite legal de 60% estabelecido na LRF quanto à fixação das despesas de pessoal e encargos sociais em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, a qual, para 2022, está estimada em R\$38,2 bilhões. Cabe salientar que a Defensoria Pública, por não ter limites discriminados na LRF, encontra-se inserida nos limites do Poder Executivo.

QUADRO V
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RELAÇÃO ENTRE DESPESA DE PESSOAL E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	R\$ 1.000,00 (corrente)			
	Limite da LRF		Proposta Orçamentária 2022	
	Legal	Prudencial ⁽¹⁾	R\$	Part. (%)
1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			38.158.033	100,00
2. PESSOAL PARA LIMITE	60,00	57,00	20.420.865	53,52
PODER LEGISLATIVO	3,40	3,23	983.033	2,58
PODER JUDICIÁRIO	6,00	5,70	2.136.681	5,60
PODER EXECUTIVO, INCLUSIVE A DEFENSORIA PÚBLICA	48,60	46,17	16.783.304	43,98
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,00	1,90	517.847	1,36

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

(1) o limite prudencial corresponde a 95% do limite legal

A situação evidenciada no quadro acima demonstra a necessidade de intensificar a adoção de medidas de redução e controle dos gastos com pessoal e encargos sociais da Administração Pública Estadual, inclusive com inativos e pensionistas, aliando-se à busca permanente pela melhoria da arrecadação tributária.

Despesa por Poder, Ministério Público e Defensoria Pública

As dotações consignadas aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, que tiveram como base de cálculo os dispositivos normativos previstos no Projeto de Lei nº 24.179/2021 - PLDO 2022, estão demonstradas no quadro a seguir:

QUADRO VI
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR PODER, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

R\$ 1.000,00 (corrente)

Discriminação	Orçamento 2021		Proposta Orçamentária 2022	
	R\$	%	R\$	%
LEGISLATIVO	1.161.853	2,4	1.207.332	2,3
JUDICIÁRIO	2.553.984	5,3	2.668.813	5,2
EXECUTIVO (1)	43.680.838	90,2	46.646.276	90,5
MINISTÉRIO PÚBLICO	734.468	1,5	761.856	1,5
DEFENSORIA PÚBLICA	270.507	0,6	279.059	0,5
TOTAL DO ORÇAMENTO	48.401.650	100,0	51.563.336	100,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

(1) Inclui a Reserva de Contingência

Alocação de Recursos por Categoria Programática

Na proposta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a despesa fixada está distribuída entre as categorias programáticas de Atividades, Projetos e Operações Especiais, sendo acrescida da Reserva de Contingência.

QUADRO VII
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIA PROGRAMÁTICA
Recursos do Tesouro e Outras Fontes

R\$ 1.000,00 (corrente)

Discriminação	Orçamento 2021				Proposta Orçamentária 2022			
	Tesouro	Outras Fontes	Total	%	Tesouro	Outras Fontes	Total	%
I - ATIVIDADES	22.433.445	3.522.612	25.956.057	53,6	23.221.571	3.406.057	26.627.628	51,6
Manutenção	5.725.203	1.592.348	7.317.551	15,1	6.016.852	1.651.473	7.668.325	14,9
Finalísticas	16.708.242	1.930.264	18.638.506	38,5	17.204.719	1.754.584	18.959.303	36,8
II - PROJETOS	4.474.004	158.020	4.632.024	9,6	4.862.066	283.888	5.145.954	10,0
III - OPERAÇÕES ESPECIAIS	13.011.280	4.770.574	17.781.854	36,7	15.449.053	4.307.854	19.756.907	38,3
. Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	6.778.320	-	6.778.320	14,0	7.425.269	-	7.425.269	14,4
Serviços da Dívida Pública	1.863.068	-	1.863.068	3,8	1.998.244	-	1.998.244	3,9
Outras Despesas	4.369.892	4.770.574	9.140.466	18,9	6.025.540	4.307.854	10.333.394	20,0
IV - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.715	-	31.715	0,1	32.847	-	32.847	0,1
TOTAL (I + II + III + IV)	39.950.444	8.451.206	48.401.650	100,0	43.565.537	7.997.799	51.563.336	100,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

Atividades

Nessa Proposta estão destinados R\$26,6 bilhões às Atividades, distribuídos entre as despesas de manutenção da máquina pública e aquelas de caráter finalístico, correspondendo a 51,6% da despesa orçada.

As despesas de manutenção e conservação totalizam R\$7,7 bilhões, distribuídas entre os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, e serão financiadas com recursos do Tesouro Estadual (78,5%) e complementadas com recursos de outras fontes.

Para as atividades finalísticas, cujas despesas são destinadas à prestação continuada de serviços públicos à população, principalmente para as ações de educação, saúde, segurança pública e justiça, o montante fixado é de aproximadamente R\$19 bilhões, financiado em 90,7% com recursos do Tesouro, sendo o restante suprido com recursos de outras fontes. Essas mesmas atividades, devido à sua importância na melhoria do atendimento à população, concentram o maior volume de recursos, correspondendo a 36,8% do valor total das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social proposto para 2022.

Projetos

Aos Projetos, compreendendo o conjunto de ações realizadas em tempo determinado com vistas à expansão, melhoria e aperfeiçoamento da ação governamental de oferta de bens e serviços de interesse social, econômico, ambiental e cultural, são alocados recursos da ordem de R\$5,1 bilhões, representando uma participação de 10% das dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Operações Especiais

As Operações Especiais são, em grande parte, custeadas com recursos do Tesouro Estadual (78,2%). Para esta categoria programática estão consignados R\$19,8 bilhões, ou seja, 38,3% do orçamento total, dos quais R\$7,4 bilhões estão previstos para as transferências constitucionais e legais aos Municípios, com participação de 14,4%, enquanto para os serviços da dívida pública foram alocados cerca de 3,9% do total, ou seja, R\$2 bilhões.

Também nessa categoria programática, a Proposta contempla a provisão para emendas parlamentares impositivas de que trata o art. 160 da Constituição Estadual, o pagamento de sentenças judiciais, indenizações e outras obrigações específicas do Estado, como também o pagamento de aposentados e pensionistas.

Reserva de Contingência

Para a Reserva de Contingência, constituída exclusivamente dos recursos do Orçamento Fiscal, está destinado o valor de R\$32,8 milhões, a ser utilizado no atendimento a passivos contingentes e outros riscos, e eventos fiscais imprevistos, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Alocação de Recursos por Área e Função de Governo

A distribuição dos recursos desta Proposta Orçamentária para as despesas por área de atuação governamental e por função é revelada no Quadro VIII. A Área Social apresenta as maiores carências do Estado, e, para atender à expectativa da população pela ampliação e melhoria das ações governamentais nessa importante área, o Executivo objetiva mantê-la como a principal prioridade desta gestão, destinando-lhe a maior parte dos recursos.

Assim, a Área Social está contemplada com 61,3% do total de recursos orçados para 2022, ou seja, R\$31,6 bilhões. Têm participação destacada, concentrando aproximadamente a metade da despesa total prevista nesta Proposta, as funções Saúde (15,1%), Educação (13,2%) e Segurança Pública (9,9%), além da Previdência Social (16,6%). Vale salientar que, do total de R\$6,8 bilhões destinados à função Educação, não estão incluídos os aportes do Estado ao Fundeb, no valor de R\$6,4 bilhões.

QUADRO VIII
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Demonstrativo das Despesas por Área de Atuação e Função
Recursos do Tesouro e de Outras Fontes

Em R\$1.000,00 (corrente)

ESPECIFICAÇÃO	Orçamento 2021		Proposta Orçamentária 2022	
	Total	%	Total	%
1. Área Social	30.188.117	62,4	31.585.403	61,3
Previdência Social	7.867.186	16,3	8.539.208	16,6
Saúde	7.617.029	15,7	7.771.588	15,1
Educação (1)	6.362.449	13,1	6.799.339	13,2
Segurança Pública	4.917.384	10,2	5.091.413	9,9
Urbanismo	1.337.363	2,8	1.060.590	2,1
Saneamento	729.057	1,5	780.268	1,5
Direitos da Cidadania	504.102	1,0	640.956	1,2
Assistência Social	250.870	0,5	246.707	0,5
Trabalho	211.621	0,4	229.781	0,4
Desporto e Lazer	140.491	0,3	166.278	0,3
Cultura	175.230	0,4	167.242	0,3
Habitação	65.206	0,1	78.082	0,2
Energia	10.129	0,0	13.951	0,0
2. Área de Produção	2.132.381	4,4	2.384.999	4,6
Agricultura	533.769	1,1	645.059	1,3
Transportes	669.127	1,4	899.873	1,7
Comércio e Serviços (2)	317.188	0,7	205.733	0,4
Ciência e Tecnologia	166.781	0,3	184.103	0,4
Gestão Ambiental	159.370	0,3	170.978	0,3
Indústria	161.137	0,3	141.154	0,3
Comunicações	119.471	0,2	129.668	0,3
Organização Agrária	5.538	0,0	8.431	0,0
3. Gestão Pública	1.474.453	3,0	1.506.400	2,9
Administração	1.474.453	3,0	1.506.400	2,9
Relações Exteriores	0	0,0	0	0,0
4. Encargos Especiais	9.731.635	20,1	11.042.966	21,4
Transferência aos Municípios	6.778.320	14,0	7.425.269	14,4
Serviço da Dívida Interna e Externa	1.863.068	3,8	1.949.841	3,8
Indenizações, Restituições, Sentenças e Outros	1.090.247	2,3	1.667.856	3,2
5. Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública	4.843.349	10,0	5.010.721	9,7
Judiciária	2.564.269	5,3	2.652.150	5,1
Legislativa	1.111.853	2,3	1.157.332	2,2
Essencial à Justiça	1.167.227	2,4	1.201.239	2,3
6. Reserva de Contingência	31.715	0,1	32.847	0,1
TOTAL	48.401.650	100,0	51.563.336	100,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

(1) Exclusive o aporte do Estado ao Fundeb

(2) Inclusive Turismo

A Área de Produção, com participação de 4,6% do total da despesa, recebeu o aporte de R\$2,4 bilhões.

Para a Área de Gestão Pública está proposto o valor de R\$1,5 bilhão e representando 2,9% das despesas, na sua totalidade concentrado na função Administração.

As funções Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça, da competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, contam com um aporte total de R\$5 bilhões, correspondendo a uma participação de 9,7% do total.

A Área de Encargos Especiais está contemplada com R\$11 bilhões, distribuídos em Transferência aos Municípios e Serviço da Dívida Interna e Externa, como também com indenizações, restituições, sentenças e outros, equivalendo a 21,4% da despesa total fixada nesta Proposta.

Aplicações Constitucionais e Legais

A Proposta Orçamentária de 2022 cumpre a aplicação mínima exigida pela legislação pertinente quanto à manutenção e desenvolvimento do ensino, às ações e serviços de saúde e ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Com relação ao valor destinado ao combate e erradicação da pobreza, encontra-se em consonância com o quanto determinado pela legislação estadual pertinente.

Está alocado para a manutenção e desenvolvimento do ensino o valor de R\$9 bilhões, incluindo as transferências ao Fundeb. Esse valor representa 25,9% da receita de impostos líquida de R\$34,6 bilhões, ultrapassando o limite mínimo de 25% determinado pelo art. 212 da Constituição Federal.

Quanto às ações e serviços de saúde, nesta Proposta o aporte é maior em 8,7% do que o orçado para o ano de 2021 e totaliza o valor de R\$4,5 bilhões, valor esse que corresponde a 13% da receita de impostos líquida, portanto, acima do limite mínimo de 12% fixado pela Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Para a ciência e tecnologia, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, está prevista a aplicação de R\$151,7 milhões, em observância ao disposto no art. 5º da Lei nº 7.888, de 27 de agosto de 2001.

Para a implementação de ações de combate e erradicação da pobreza está alocado o montante de R\$630,5 milhões, em cumprimento ao montante de aplicação de recursos estabelecido nas Leis nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, e nº 13.564, de 20 de junho de 2016, vinculado ao Funcep.

QUADRO IX
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMBATE À POBREZA E EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

R\$ 1.000,00 (corrente)

Discriminação	Orçamento 2021				Proposta Orçamentária 2022			
	Limite		Orçado		Limite		Orçado	
	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS
I. RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA¹				31.564.735				34.553.585
EDUCAÇÃO (Art. 212 da CF)	25,0	7.891.184	26,0	8.212.734	25,0	8.638.396	25,9	8.951.641
SAÚDE (EC nº 29/2000)	12,0	3.787.768	13,1	4.139.399	12,0	4.146.430	13,0	4.499.524
II. RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA				13.746.072				15.168.897
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Lei nº 7.888/01)	1,0	137.461	1,0	137.461	1,0	151.689	1,0	151.689
III. COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA (Leis nº 7.988/01 e 13.564/16)		-		590.736		-		630.469
IV. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR² (CE, art. 160, § 9º)				34.525.804				37.877.610
EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,33	113.935		113.935	0,33	124.996		124.996

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

1. Receita de impostos estaduais e transferências de impostos federais, deduzidas as transferências aos municípios.

2. RCL realizada no exercício anterior à elaboração do PLOA: LOA 2021 (RCL 2019) e PLOA 2022 (RCL 2020)

Importante destacar que, em cumprimento ao que determina o art. 160 da Constituição Estadual e o Projeto de Lei nº 24.179/2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, esta Proposta contempla a provisão de recursos no valor aproximado de R\$125 milhões para as emendas parlamentares impositivas, cuja destinação obrigatória é de, no mínimo, 50% para a área da saúde e 25% para a área da educação, ficando o restante para alocação em qualquer área de atuação governamental.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

O Orçamento de Investimento agrega as Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e que são classificadas como não dependentes. Para esse Orçamento, está previsto o valor de R\$1 bilhão, no qual as funções que recebem aportes mais significativos de recursos são as de Saneamento (70,9%) e Energia (13,5%), seguidas pela função Comércio e Serviços - incluindo Turismo (11,1%).

QUADRO X Orçamento de Investimento das Empresas APLICAÇÃO POR FUNÇÃO Recursos Próprios e de Terceiros

Função	Orçamento 2021		Proposta Orçamentária 2022	
	R\$	%	R\$	%
Saneamento	693.026	76,9	717.949	70,9
Energia	153.184	17,0	137.104	13,5
Trabalho	3.649	0,4	10.516	1,0
Administração	3.157	0,4	7.900	0,8
Comércio e Serviços	39.000	4,3	112.519	11,1
Ciência e Tecnologia	2.625	0,3	7.465	0,7
Urbanismo	6.765	0,8	19.500	1,9
TOTAL	901.406	100,0	1.012.953	100,0

Fonte: Lei nº 14.291/2021 (LOA 2021) e Proposta Orçamentária 2022

Importante destacar que, do ponto de vista do planejamento orçamentário, esta Proposta contempla a continuidade das ações governamentais em andamento e a gestão estratégica dos Programas do Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia - PPA 2020-2023, mesmo diante de um cenário econômico de incertezas e de dificuldades relativas à escassez de recursos para a execução das despesas.

Diante das condições macroeconômicas atuais e das indefinições políticas no plano federal, o Executivo baiano tem intensificado a adoção de medidas voltadas para a ampliação das receitas, não apenas através da modernização e melhoria da gestão fiscal e do combate à sonegação, mas, também, com a busca de novas fontes de financiamento e de alternativas de estímulo ao crescimento da economia do Estado.

Por outro lado, vêm sendo implantadas medidas de redução e controle das despesas e melhoria dos gastos públicos, cujos reflexos já são verificados na execução orçamentária do exercício atual e na programação que ora se propõe, e que deverão repercutir não só no ano de 2022, mas, também, nos seguintes.

Por fim, deve ser ressaltado o contínuo e crescente esforço que vem sendo realizado para, a cada exercício, aprimorar os instrumentos legais de planejamento, em especial os orçamentos anuais, conferindo-lhes crescente importância como ferramentas gerenciais que, indubitavelmente, muito contribuem para a manutenção do equilíbrio fiscal e correta avaliação dos resultados das políticas públicas e das ações governamentais.

Valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

RUI COSTA
Governador